



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

**FABIANE M. S. P. GARCIA**

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2015**

**FABIANE M. S. P. GARCIA**

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito para obtenção do título  
de Licenciada em Pedagogia, orientado  
pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraya Franzoni Conde.

**FLORIANÓPOLIS, SC**

**2015**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade que me concedeu de estudar e graça para vencer todas as dificuldades dessa longa jornada acadêmica e enfim, alcançar o tão sonhado diploma universitário.

Agradeço a meu esposo Sidnei Garcia por compreender a persistência nessa longa jornada pela realização de um sonho.

Agradeço aos meus filhos Felipe e Sofia por toda alegria e motivação que me deram, mesmo sem entender ao certo os motivos das ausências.

Agradeço à minha querida avó Maria que tomou para si a responsabilidade maternal que não lhe cabia e foi exemplarmente amável e carinhosa comigo.

Agradeço à minha mãe Sirlei e suas palavras motivadoras que me deram força para prosseguir.

Agradeço as muitas colegas das diversas turmas em que estudei, em especial Agnis, parceira de estágios, e Ana Gabriela, mães como eu, com quem pude contar pra dividir as angústias de ser mulher.

Agradeço aos professores, especialistas, mestres e doutores com os quais muito pude aprender. À minha orientadora professora Soraya por me dar a chance de vencer esse ultimo desafio, quando muitos não puderam ou não quiseram acreditar em mim.

Agradeço a instituição pública de Educação Infantil que nos abriu as portas para realização dessa pesquisa e às professoras que responderam ao questionário do estudo.

Agradeço a todos, familiares, amigos, irmãos na fé que, de alguma forma contribuíram para essa vitória. Muito obrigada!

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender as condições de trabalho dos/as professores/as de Educação Infantil em uma instituição pública. Em termos metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica, levantamento de produções acadêmicas disponíveis nos sites da Capes, Scielo e Anped e aplicado um questionário com docentes de uma instituição pública. Os resultados apontam a escassez de produções acadêmicas sobre as condições de trabalho das professoras da Educação Infantil. Nos últimos anos, embora tenha ocorrido melhorias com relação à instituição do piso salarial nacional do magistério e a hora atividade foi conquistada na rede estudada, percebemos que ainda há muito para se avançar, pois os docentes da Educação Infantil atendem um grande número de crianças por turma; enfrentam precárias condições materiais nas instituições educativas; possuem baixos salários, jornadas de trabalho extensas, acrescidas pelo acúmulo de tarefas domésticas, situação que leva ao adoecimento e à desmotivação no trabalho, afetando a qualidade do trabalho desenvolvido com as crianças.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Condições de trabalho, Professores.

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| <b>Gráfico 1:</b> Jornada de trabalho .....              | 32 |
| <b>Gráfico 2:</b> Quantidade de turmas .....             | 33 |
| <b>Gráfico 3:</b> Quantidade de crianças por turma ..... | 34 |
| <b>Gráfico 4:</b> Número de atestados.....               | 35 |
| <b>Gráfico 5:</b> Vínculo empregatício .....             | 36 |
| <b>Gráfico 6:</b> Valorização profissional.....          | 37 |
| <b>Gráfico 7:</b> Nível de satisfação com trabalho ..... | 37 |
| <b>Gráfico 8:</b> Salário .....                          | 38 |
| <b>Gráfico 9:</b> Renda familiar .....                   | 39 |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>7</b>  |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 1</b>   |           |
| <b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>                              | <b>11</b> |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b>   |           |
| <b>A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>                                | <b>16</b> |
| 2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PORTAL CAPES.....   | 16        |
| 2.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA BIBLIOTÉCA ELETRÔNICA SCIELO ...  | 20        |
| 2.3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO SITE DA ANPED .....   | 21        |
| <br>  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b>   |           |
| <b>AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA.....</b>                                | <b>25</b> |
| 3.1 O LOCAL DA PESQUISA .....   | 25        |
| 3.2 A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS..... | 27        |
| 3.3 O QUE DIZEM OS DADOS .....  | 29        |
| <br>  |           |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>42</b> |
| <br>  |           |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>44</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surgiu a partir do encontro entre a minha formação na Pedagogia//Educação Infantil e o objeto de estudo do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT-CED/CFH – UFSC), o qual tive a oportunidade de participar ao longo de dois anos.

Muitos são os motivos que justificam essa pesquisa, entre os quais se destaca a escassa produção científica sobre a temática. De acordo com Conde (2015, p. 1):

As condições de trabalho de professores de Educação Infantil no Brasil é assunto pouco abordado nas pesquisas educacionais. Se por um lado, as produções na área da educação e infância rejeitam os assuntos relacionados ao mundo do trabalho; por outro lado, as produções da área trabalho e educação rejeitam os estudos relacionados à educação de crianças ou aos professores.

Conforme pesquisa desenvolvida pela autora no estado de Santa Catarina, os docentes de Educação Infantil são predominantemente mulheres, recebem entre dois e três salários mínimos, adoecem constantemente, são sobrecarregadas com o acúmulo de tarefas domésticas com o trabalho na Educação Infantil, têm pouca participação em movimentos sociais e sindicais, trabalham cerca de 40 horas semanais e sentem-se desvalorizadas tanto socialmente quanto pelos próprios colegas de trabalho.

Essa questão, que está além do campo científico, nos remete ao lugar da mulher no mundo do trabalho. Uma vez que a maioria dos professores na Educação Infantil são mulheres que acabam optando por essa profissão pela possibilidade de conciliar a educação dos filhos, as tarefas domésticas e a necessidade de trabalhar para garantir a subsistência familiar.

Nogueira (2002) aponta para uma crescente feminização do mercado de trabalho que, embora apareça como um passo para a liberdade, na verdade as mulheres acabam inseridas em formas precárias de trabalho em virtude de necessitarem complementar a renda ou por serem responsáveis exclusivas pela sobrevivência familiar. Recebem salários mais baixos que os homens e poucas são as que conseguem ocupar bons cargos e obterem altos salários dentro das empresas empregadoras. As mulheres estão inseridas em maior número nas atividades laborais com jornadas de trabalho mais curtas, como afirma Hirata (1999, p. 8 apud NOGUEIRA, 2002, p. 276):

[...] há uma legitimação social para o emprego das mulheres por duração mais curta de trabalho: é em nome da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que tais empregos são oferecidos, e se pressupõe que essa conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino.

Mulheres de origem simples, muitas vindas de cidades do interior do país que saíram rumo às grandes metrópoles em busca de melhores oportunidades de vida, ocupam as vagas de trabalho mais precarizadas acreditando terem sorte grande. Foram criadas para serem boas donas de casa e mães zelosas, o que lhes garante os atributos de flexibilidade e polivalência ideais à reestruturação produtiva (CUNHA, 2002).

A mesma autora destaca que o fato das mulheres saírem de casa para trabalhar fora não as eximiu dos afazeres domésticos e dos cuidados com a família e os filhos, mas lhes acrescentou trabalho e, conseqüentemente, reduziu seu tempo de lazer (CUNHA, 2002, p. 310).

Diante dos fatos acima elencados e tendo em vista que a maioria dos docentes da Educação Infantil é constituída por mulheres, este trabalho persegue a seguinte questão: quais são as condições de trabalho do/as professore/as da educação infantil quanto aos seguintes aspectos: salário e renda; jornada de trabalho; plano de carreira; formação continuada; formas de contrato de trabalho; hora atividade; recursos materiais para realização das atividades; condições físicas do local de trabalho; adoecimento docente; número de instituições que trabalha; número de crianças por turma; valorização profissional?

Desejando conhecer a realidade docente para além da aparência e almejando ousadamente que esse trabalho de pesquisa possa servir como um dos instrumentos de conscientização e de luta por melhores condições de trabalho, fazemos uso das palavras de Paulo Freire:

Desta maneira, na prática teórica, desveladora da realidade social, a apreensão desta implica a sua compreensão como realidade sofrendo sempre uma certa prática dos seres humanos. Sua transformação, qualquer que seja ela, não pode verificar-se a não ser pela prática também. Agora bem, se não há conscientização sem desvelamento da realidade objetiva, enquanto objeto de conhecimento dos sujeitos envolvidos em seu processo, tal desvelamento, mesmo que dele decorra uma nova percepção da realidade desnudando-se, não basta ainda para autenticar a conscientização. [...] A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade (FREIRE, 1976, p. 145 apud MEKSENAS, 2002, p. 106).

Adotamos como referencial teórico para esse trabalho o materialismo histórico dialético, pois conforme o próprio Marx afirmava, a ciência e a tecnologia são produtos da história e assim serão enquanto o homem se relacionar consigo, com a natureza e com seus semelhantes, seja a favor ou contra eles (MEKSENAS, 2002, p. 84). Desse modo para examinar a educação é preciso considerar o seu contexto, nas palavras de Konder (1995, p. 52 apud MEKSENAS, 2002, p. 84):

[...] antes de poderem se entregar à divagação, antes de poderem formular teorias, os seres humanos são pressionados por necessidades materiais urgentes e precisam se empenhar em resolver os problemas que elas lhes apresentam: precisam se vestir (para que não morram de frio) e lhes cabe reproduzirem a espécie a que pertencem. As exigências materiais, então, ao longo da história, têm precedência sobre as aspirações espirituais dos homens, na influência que exercem das sociedades humanas. O método dialético do materialismo histórico [desenvolvido por Marx] consiste em reconhecer essa situação e em procurar extrair as consequências dela.

A pesquisa foi realizada por meio da revisão bibliográfica do tema; levantamento das produções acadêmicas disponíveis na internet sobre a temática junto ao banco de dados dos sites da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), tendo como recorte os últimos cinco anos e as produções no idioma português brasileiro. Optamos por esse recorte temporal levando em consideração o curto período para realização do trabalho e a lei do piso salarial docente.

Também aplicamos um questionário estruturado, com trinta questões fechadas, abertas e de múltipla escolha (em anexo), junto a professores/as de uma instituição de Educação Infantil da rede pública municipal de Florianópolis. Nosso intuito foi de buscar informações/ opiniões e assim caracterizar uma pequena parcela representativa do grupo social ao qual cabe a investigação do tema de pesquisa (MEKSENAS, 2002, p. 133). Mesmo que esse instrumento seja predominantemente usado na pesquisa quantitativa, Triviños (2012) nos assegura que:

Sem dúvida alguma, o questionário fechado, [...] o podemos usar na pesquisa qualitativa. Às vezes o pesquisador desta última linha de estudo precisa caracterizar um grupo de acordo com seus traços gerais [...] A escala de opinião surgida de uma sondagem realizada junto aos sujeitos também a podemos usar como instrumento auxiliar na busca de informações (2012, p. 137).

No segundo momento, com os questionários, reunidos foi realizada a transposição das respostas em tabelas do programa Excel para criar os gráficos que deram subsídio à análise de conteúdo entendida de acordo com Bardin:

“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferências de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.” (BARDIN, 1977, p. 21 apud TRIVIÑOS, 2012, p. 160).

Posteriormente, realizamos inferência com base no levantamento bibliográfico realizado durante todo o processo de pesquisa, seja em material impresso ou digital, enquanto resultado da busca por produções encontradas na rede que contemplassem o tema da pesquisa.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro apresentamos o levantamento bibliográfico do tema de estudo e os principais aspectos que esse abarca. No capítulo dois, constam os resultados da pesquisa realizada na internet junto ao site da Capes, Scielo e Anped acerca das produções acadêmicas que tratam sobre as condições de trabalho das/os professore/as de Educação Infantil. No terceiro capítulo tratamos dos dados coletados com uso dos questionários aplicados às professoras de uma instituição de Educação Infantil da rede pública municipal de Florianópolis.

Por fim, apresentamos as considerações finais que confirmaram a existência de poucas produções acadêmicas sobre as condições de trabalho das professoras da educação infantil, nos últimos anos, embora tenham ocorrido melhorias com a instituição do piso nacional do magistério e a hora atividade. Percebemos que outras questões ainda precisam avançar para garantir a qualidade do atendimento das crianças.

## CAPÍTULO 1

### REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com Marx (*apud* NOGUEIRA 2003, p. 248-249) a revolução industrial que inseriu a maquinaria nas fábricas dispensou a força muscular e abriu portas ao trabalho das mulheres. Esse processo de industrialização que se desenvolveu por todo o mundo capitalista favoreceu a saída das mulheres do âmbito doméstico para o mercado de trabalho exigindo que fossem criados lugares onde as crianças pudessem estar enquanto as mães trabalhavam. Essa tendência foi impulsionada pelo movimento feminista, conforme Kuhlmann:

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As idéias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla (2000, p. 11).

No Brasil, o processo de industrialização ocorreu mais tarde em relação à Europa e os serviços voltados às crianças pequenas se constituíram de dois modos distintos: 1) em creches ou escolas maternas que tinham maior ênfase à proteção, ao cuidado e à alimentação das crianças possuindo um caráter assistencialista e voltado ao atendimento dos filhos e filhas das camadas populares; 2) os chamados jardins de infância ou pré-escola eram mais ligados à educação dos filhos e filhas das elites (PINTO, 2009, p. 36).

Na trajetória histórica de luta pelo direito à educação na primeira infância em nosso país podemos destacar dois documentos legais de suma importância: a Carta Constitucional de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, as quais estabelecem a Educação Infantil enquanto direito de todas as crianças e a reconhece como primeira etapa da Educação Básica. Os estabelecimentos são definidos de acordo com a faixa etária devendo as crianças de 0-3 anos serem destinadas em

creches e as crianças de 4 - 6<sup>1</sup> anos em pré-escolas, tendo como instância responsável por sua oferta os municípios.

De acordo com Pinto (2009), o reconhecimento legal do direito da criança não garantiu os recursos necessários para a expansão da sua oferta, o que culminou na ampliação via parceria público privada por convênios realizados com “[...] instituições privadas sem fins lucrativos” (FERREIRA, 2002; CAMPOS, R., 2008 *apud* PINTO, 2009, p. 44).

As políticas educacionais do momento têm colocado ênfase sobre o professor como principal responsável para a qualidade da educação (HYPOLITO, 2010), mas para que possa realizar sua função de forma plena precisamos compreender sob quais condições esse profissional tem atuado.

Nas palavras de Nogueira:

Uma posição que vincula qualidade de educação à formação e qualificação do professor, sem indicar a melhoria das condições de trabalho, reitera o argumento de culpabilização individual do professor, considerado mal preparado pelos sistemas de avaliação, calcado no discurso de que a qualidade de ensino depende quase que exclusivamente do processo de formação do profissional. Neste processo, a criação de condições de trabalho mais adequadas, entendidas aqui de modo mais amplo, sai do foco das preocupações e dos problemas a serem enfrentados pelos sistemas públicos de ensino (2012, p. 1248-1249).

Conforme Oliveira e Vieira (2010), as condições de trabalho referem-se a todos os recursos necessários à realização do trabalho, sejam as instalações físicas, materiais, equipamentos e outros tipos de apoio necessário, dependendo da atividade. Dizem respeito também às relações de emprego “[...] formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade.” (p.156), que se diferem de acordo com seu tempo histórico e local em que ocorrem.

De acordo com as autoras, as condições de trabalho docente:

[...] compreendem aspectos relativos à forma como o trabalho está organizado, ou seja, a divisão das tarefas e responsabilidades, a jornada de trabalho, os recursos materiais disponíveis para o desempenho das atividades, os tempos e espaços para a realização do trabalho, até as formas de avaliação de desempenho, horários de trabalho, procedimentos didático-pedagógicos, admissão e administração das carreiras docentes, condições de remuneração, entre outras. A divisão social do trabalho, as formas de regulação, controle e autonomia do trabalho, estruturação das atividades escolares, a relação número de alunos por professor ( OLIVEIRA E VIEIRA, 2010, p. 157).

Dos elementos associados às condições de trabalho, Hypolito (2010, p. 211) cita

---

<sup>1</sup> Ingressam nos anos iniciais as crianças que completam seis anos até o dia 31 de março.

“[...] formação; carreira; remuneração e formas de contratação; processo de trabalho-intensificação, cargas de trabalho, tempos, características das turmas (aspectos materiais e emocionais); condições físicas e materiais do trabalho; dentre outros.”.

Das questões subjetivas do trabalho docente, o autor reitera: "Trata-se de questões relacionadas com ritmo, sobrecarga, tempos, intensificação, dentre outras, como a satisfação nas atividades desempenhadas no trabalho." (HYPOLITO 2010, p. 213). Assim afirma:

[...] pode-se dizer que as condições de trabalho atuais têm a ver com precarização, que tem a ver com intensificação que tem a ver com auto intensificação, que tem a ver com valorização do trabalho docente. Com efeito, são aspectos indissociáveis (HYPOLITO 2010, p. 214).

Um passo importante para melhoria dessas condições foi a instituição do Piso Salarial, por meio da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 que estabeleceu um valor mínimo para o vencimento salarial dos professores, nas palavras de Oliveira e Vieira (2012, apud Conde, 2015, p. 4), “[...] recupera um pouco a noção de carreira e valorização perdida nos últimos anos nas redes públicas de educação”, muito embora o valor seja considerado insuficiente para garantir vida digna aos professores visto que o piso para 2015 é de R\$ 1.917,78<sup>2</sup> e o salário mínimo necessário de acordo com o Departamento Intersindial de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) é de R\$ 3.186,92.<sup>3</sup>

Oliveira e Vieira (2010, p. 175) mencionam estudos que apontam para o fato dos professores assumirem mais de uma jornada de trabalho, lecionando em duas ou até três instituições diferentes para complementar a renda, o que acarreta a não identificação do profissional com uma escola específica, dificultando no reconhecimento junto aos alunos e reduzindo tempo dedicado ao planejamento e estudo. Muitas vezes, o salário está vinculado ao desempenho dos alunos por meio de premiações e bonificações. Devido à instituição do piso, muitas localidades diminuíram promoções e garantias profissionais o que pode levar à deterioração das carreiras e à flexibilização nas formas de emprego por meio de contratos temporários que burlam a legislação, bem como o aumento do número de alunos por sala que causam danos físicos e mentais aos professores.

---

<sup>2</sup> Notícia divulgada site EBC agência Brasil “[...] relativo ao salário inicial dos professores de escola pública, com formação de nível médio e jornada de trabalho de 40 horas semanais.” Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-01/piso-dos-professores-tera-reajuste-de-1301-passando-para-r-191778>> acesso em 25 Abr 2015.

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> acesso em 25 Abr 2015.

Essas condições tornam-se ainda mais degradantes quando delimitamos à Educação Infantil no Brasil que, conforme Oliveira e Vieira (2010), abrange os profissionais menos remunerados, com maior número de horas de trabalho e que apresentaram altos índices de afastamento por doença.

No geral, por se tratarem de mulheres (professoras de EI), ocorre que a maior parte acumula o trabalho de professor com o trabalho doméstico, os cuidados com a casa, os filhos e os cônjuges. Ocasionalmente um acúmulo de atividades e responsabilidades. Não é raro encontrar as docentes da Educação Infantil reclamando do cansaço e da sobrecarga de trabalho.

No que se refere à condição da mulher no mercado de trabalho, Nogueira (2002), em seu artigo “A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização”, afirma:

Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis (...). O quadro possibilita uma reflexão sobre o papel da mulher no mundo do trabalho, marcado por uma flexibilização mais acentuada, como por exemplo, o trabalho em tempo parcial realizado majoritariamente por mulheres. (2002, p. 255).

Questão também confirmada por Cunha (2002, p. 321):

Em outros termos, no contexto da reestruturação produtiva, as mulheres são majoritárias na ocupação de postos de trabalho precário, semiqualeificados ou desqualificados, mal pagos e, como tais, responsáveis pela depredação e degradação da sua força de trabalho.

Existe ainda o pensamento de que o salário da mulher seria complementar à renda da família, mas isso não corresponde a realidade de muitas famílias da classe trabalhadora que dependem desse valor exclusivo para sua subsistência (NOGUEIRA, 2002, p.276). De acordo com informativo do portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2009, no Brasil, cerca de 22 milhões de famílias (35%) declararam serem chefiadas por mulheres, que em geral recebem salários menores que os homens e ainda são responsáveis pelo maior número de tarefas domésticas.<sup>4</sup>

Vieira e Souza (2010), em seu artigo “*Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades*”, apontam que embora haja vasta produção

---

<sup>4</sup> Comunicado do Ipea nº 65: PNAD 2009 – Primeiras Análises: Investigando a chefia feminina de família Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6055](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6055)

sobre as condições de trabalho dos professores, poucos se detêm à Educação Infantil. Por se tratar de uma etapa educativa que em sua gênese teve como prioridade o atendimento assistencialista aos filhos dos trabalhadores pobres, no início não era exigida qualquer formação específica para o trabalho com as crianças pequenas bastando que as mulheres reproduzissem o instinto maternal com ações de cuidados básicos o que tem mudado com a exigência da formação em Pedagogia para atuação na Educação Infantil e com o avanço dos estudos na área da educação e da infância.

Amparando nosso olhar investigador sob essas bases referenciais partimos em busca das produções acadêmicas disponíveis na internet que tratassem das condições de trabalho de professores/as da Educação Infantil a qual descrevemos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 2

### A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesse capítulo iremos apresentar os resultados do levantamento das produções acadêmicas disponíveis na internet sobre “As condições de trabalho dos/as professore/as de Educação Infantil” realizado nos bancos de dados dos sites da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); [Scientific Electronic Library Online](#) (SciELO); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), tendo como recorte os últimos cinco anos (2009-2013) e as produções no idioma português brasileiro. A análise dos trabalhos para descrição apresentada foi realizada por meio da leitura dos resumos dos trabalhos.

#### 2.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO PORTAL CAPES

De acordo com histórico apresentado na própria página da internet<sup>5</sup> o Portal de Periódicos da Capes foi lançado em 11 de novembro de 2000, com objetivo de fortalecer a pós-graduação no Brasil. Inicialmente contava com um acervo de 1.419 periódicos e nove bases referenciais em todas as áreas do conhecimento, atualmente o site alcançou mais de 37 mil periódicos com texto completo, 126 bases referenciais e a participação de 424 instituições de ensino superior e pesquisa no país.

Para realizar a pesquisa no site da CAPES, (09 e 10/04/15) utilizamos a ferramenta de *busca avançada*, com recorte dos últimos cinco anos, das produções em português, a técnica adotada foi o uso do termo “Educação Infantil” no segundo campo combinando com os demais termos (Trabalho docente, condições de trabalho, adoecimento docente e valorização docente) no primeiro campo. Esse procedimento foi adotado após constatarmos que ao mudarmos o termo educação infantil para o primeiro campo não alterava o resultado da busca.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100](http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=historico&Itemid=100)>. Acesso em: 26 Mai. de 2015.

Desse modo pudemos localizar 75 produções com o termo “Trabalho docente”, após análise dos títulos restaram apenas cinco trabalhos que abordavam a temática, abaixo descritos:

- Artigo “Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades”- (VIEIRA; SOUZA, 2010) <sup>6</sup>, esse trabalho foi resultado de uma pesquisa empírica sobre as situações de trabalho e emprego nas instituições de educação infantil em Belo Horizonte/MG. Foi realizada com levantamento de fontes documentais, legislação; estatísticas, entrevistas e observações. Teve objetivo de revelar os tipos de instituições de Educação Infantil pública (estadual, municipal) e privada (comunitária, filantrópica, confessional) e no que se referem as/os profissionais suas formas de contratação, emprego, carreira, salário e condições de trabalho. Verificou-se a existência de profissionais com formação/qualificação distintas, assim como formas de contratação e emprego variadas que evidenciam o desenvolvimento da precarização no trabalho dos professores/as de Educação Infantil.
- Dissertação: “Qualidade de vida no trabalho e vivências de bem-estar e mal-estar no trabalho em professores da rede pública municipal de Unaí/MG” - (BRANQUINHO; FERREIRA; CÉSAR, 2010), Essa pesquisa objetivou conhecer as relações trabalho docente e qualidade de vida em uma rede municipal de ensino. Utilizou Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho/ IA\_QVT e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados 472 professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede municipal de Unaí/MG. Como resultado constatou-se que na percepção dos professores QVT é ter relações harmoniosas e cooperativas com colegas, valorização profissional e condições adequadas de trabalho, 74, 58% responderam sentir bem-estar no trabalho, sendo melhor avaliadas relações socioprofissionais (7,44) e como questões mais críticas a organização do trabalho (4,85), condições de trabalho, indisciplina dos alunos, falta de compromisso dos pais, cobranças, falta de reconhecimento, falta de recursos e apoio da instituição.

---

<sup>6</sup> Trabalho citado anteriormente na página 14.

- Dissertação: “Níveis de mal/bem-estar docente, de autoimagem e autoestima e de autorrealização de docentes em uma escola tradicional de Porto Alegre” – (DOHMS; STOBÄUS E DIETER, 2011). Esse trabalho buscou estudar os efeitos do mal estar docente no fazer dos professores; sendo de caráter quanti-qualitativa coletou respostas de 25 professores/as, de Educação Infantil ao Ensino Médio por meio de questionários analisados com Estatística Descritiva e Inferencial e Análise de Conteúdo de Badin. Verificou-se grande estresse dos professores tendo como principais causas: relações com familiares dos alunos, a falta de recursos materiais, indisciplina discente, questões burocráticas escolares que extrapolam os horários de trabalho e afetam a vida particular, descontentamento com valor o da remuneração, desvalorização da profissão e dificuldades em trabalhar com crianças com necessidades especiais.
- Artigo: “O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte”- (PINTO *et al.*, 2012). Essa pesquisa teve como objetivo analisar as condições em que se realiza o trabalho docente nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) e nas escolas municipais e verificar quais as implicações da criação da carreira de educador infantil sobre o trabalho docente. O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio de análise documental e da pesquisa de campo em uma UMEI e em uma escola de educação infantil. Como instrumentos de coleta de dados utilizaram-se o questionário, a observação, a entrevista semiestruturada e o grupo focal. Os resultados mostram que a expansão da Educação Infantil pública no município de Belo Horizonte foi viabilizada mediante a criação de um cargo específico e com um salário inferior ao dos professores que atuam nas outras etapas da Educação Básica. Destarte, verificou-se que se opera um processo de intensificação e precarização nas condições de trabalho das docentes da educação infantil da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, em função da criação do cargo de educador infantil e do salário a ele atribuído, bem como da ampliação das áreas de atuação das docentes.
- Artigo: “Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente” (ZIBETTI; PEREIRA, 2010), o trabalho intentou discutir como a falta de horário para o planejamento e preparação de materiais e atividades dentro do horário de trabalho agrega

atribuições extras às professoras. A pesquisa foi realizada por meio de análise documental dos Planos de Carreira, Cargos e remuneração; entrevista com técnicas das secretarias de educação e realização de encontros de Grupo Focal com as professoras. A investigação analisou as condições de trabalho nos municípios de Rolim de Moura, Alta Floresta D'Oeste e Nova Brasilândia D'Oeste, todos localizados no interior do estado de Rondônia. Foi possível constatar inadequadas condições de trabalho que somadas aos afazeres domésticos refletem de forma negativa sobre a qualidade de vida das professoras.

Para o termo “condições de trabalho” foram identificadas 85 produções, após uso de refinamento restringimos aos tópicos “educação infantil” e “trabalho docente” restaram apenas dois trabalhos:

- Artigo – “Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte”- (ALVES; PINTO, 2011), esse estudo buscou descrever algumas características do trabalho dos professores/as e comparar o salário docente com de outras profissões com mesmo nível de formação. Para efeito da pesquisa foram analisados microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domiciliados e o Censo 2009. Os resultados evidenciaram que um terço dos professores do ensino fundamental e 50% da educação infantil não possuem formação em nível superior; quanto às condições de trabalho muitos docentes lecionam em mais de uma escola, para turmas com grande número de alunos tendo ainda remuneração menor a de outros profissionais com a mesma formação ou menor.
- Dissertação - “Condição docente na educação infantil: representações do presente” – (SILVA *et al.*, 2011), neste estudo os autores buscaram identificar a representação das práticas da educação infantil na narrativa docente, por meio de aplicação de questionários e entrevista. Assim puderam concluir que o/as professores/as devido à condição social de suas famílias consideravam um avanço social a inserção no magistério, mas atualmente sentiam-se desvalorizados/as econômica e socialmente. Em suas narrativas constatou-se o discurso da Educação Infantil enquanto atributo naturalmente feminino, que exige pouca profissionalização e voltada ao cuidado das crianças. As falas condizem

com o contexto da pesquisa onde foram encontradas precárias condições de trabalho no atendimento aos filhos de camadas populares.

Para o termo “adoecimento docente” encontramos um trabalho:

- Dissertação – “Trabalho docente rede municipal de Cidreira/RS: limites e possibilidades de uma práxis emancipadora” - (PURIN; ZITKOSKI, 2011). Essa pesquisa buscou entender as contradições entre o trabalho docente e o seu fazer pedagógico na escola, dadas as condições de trabalho impostas pelo capital reestruturado, assim como, os limites e possibilidade para fazer uma prática de emancipação, foram utilizados na coleta de dados questionário e entrevista semiestruturada. O estudo revelou a relação contraditória do trabalho do professor em meio à desumanização capitalista e as possibilidades para essa classe trabalhadora no espaço da escola enquanto local de formação.

E para “valorização docente” nenhuma produção registrada.

Assim ao final da busca pelas produções acadêmicas no portal da Capes totalizaram sete trabalhos sendo quatro dissertações e três artigos.

## 2.2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA BIBLIOTECA ELETRÔNICA SCIELO

A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica com uma coleção de periódicos científicos brasileiros, criada como resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Em 2002, passou a contar com apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. De acordo com dados apresentados pelo site, o número de trabalhos disponíveis chega a 1.251 periódicos, 38.054 fascículos e 551.599 artigos<sup>7</sup>.

No site da SciELO utilizando o termo “Educação Infantil” no segundo campo alterando as palavras somente no primeiro campo de busca, desse modo, para a primeira combinação “Trabalho docente” foram registradas duas produções, as mesmas encontradas no site da Capes:

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>>. Acesso em: 26 Mai. 2015.

- Artigo “Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades”- (VIEIRA; SOUZA, 2010);
- Artigo: O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte- (PINTO *et al*; 2012).

Para as demais sentenças (Condições de trabalho/adoecimento/valorização docente) nenhum trabalho constava.

No intento de ampliar os resultados decidimos fazer uso da palavra “Trabalho” e “Educação Infantil” Constavam 55 produções que após análise de títulos apenas uma abordava a temática a qual segue descrição:

- Artigo: “Educadores de criança: condições de trabalho e vida” (MEZZALIRA *et al.*, 2013), a pesquisa teve como objetivo compreender como trabalhadoras da educação de uma escola pública de Educação Infantil percebiam as dimensões de seu trabalho nesse contexto. Os resultados revelaram que muitas profissionais trabalhavam sob pressão, o que acabava por inibir um desenvolvimento mais autônomo em suas funções.

### 2.3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO SITE DA ANPED

Fundada em 1976, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação é uma associação sem fins lucrativos que reúne 124 programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação do Brasil, professores e alunos, realizando encontros anuais com apresentação de trabalhos organizados de acordo com a temática nos 23 grupos de trabalho (GTs) <sup>8</sup>.

Para realização da pesquisa escolhemos o Grupo de Trabalho 07 “Educação de Crianças de 0 a 6 anos” e o Grupo de Trabalho 09 “Trabalho e Educação” isso porque consideramos que esses são os grupos que melhor se adequam ao recorte temático deste estudo. A busca na *home page* foi realizada acessando o *links* “Reuniões Científicas”<sup>9</sup>, depois escolhemos a reunião (32<sup>a</sup>, 33<sup>a</sup>, 34<sup>a</sup>, 35<sup>a</sup> e 36<sup>a</sup>), grupo de trabalho (GT 07 e GT 09) e em seguida aparecem listados os títulos dos trabalhos apresentados.

Alguns títulos que não apresentavam o termo “Educação infantil”, mas alguma das sentenças que abrangem o tema de pesquisa (salário e renda; jornada de trabalho;

<sup>8</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 26 Mai. 2015.

<sup>9</sup> Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacionais>>. Acesso em: 26 Mai 2015.

plano de carreira; formação continuada; formas de contrato de trabalho; hora atividade; recursos materiais para realização das atividades; condições físicas do local de trabalho; adoecimento docente; número de instituições que trabalha; número de crianças por turma; valorização profissional), sendo necessária a leitura do resumo ou ainda a observação das palavras-chaves. Além disso, houve um trabalho em especial, “Constituição das doenças da docência (docenças)” de Jarbas Santos Vieira, que realizamos a busca do termo “educação infantil” no texto completo e como foi constatada a presença de dados sobre o/as professores/as dessa etapa educativa também foi incluído.

Os resultados são apresentados abaixo:

No GT 07- Educação de Crianças de 0 a 6 anos- durante o período investigado (2009 – 2013) foram apresentados 78 trabalhos e para temática da pesquisa somente um artigo abaixo descrito:

- “Formação continuada na educação infantil” apresentado por Valdete Côco na 33ª reunião da Anped que aconteceu entre os dias 17 a 20 de Outubro de 2010 em Caxambu/MG. Esse trabalho, articulado à pesquisa Mapeamento da Educação Infantil no Espírito Santo, explorou os processos de formação continuada, oferta, parcerias institucionais, os destinatários e a caracterização das ações de formação. A partir da teoria crítica da modernidade e da cultura, os dados coletados nos municípios indicaram que a formação continuada, converge com o processo de profissionalização dos educadores na especificidade da educação infantil com uma pedagogia própria.

No GT 09 -Trabalho e Educação- foram apresentados 62 trabalhos sendo que três deles abordavam o tema da pesquisa:

- “O trabalho docente no contexto de expansão da Educação Infantil pública em Belo Horizonte” apresentado por Mércia de Figueiredo Noronha Pinto, na 33ª reunião da Anped;<sup>10</sup>
- “Constituição das doenças da docência (docenças)” (VIEIRA, 2010) também na mesma reunião; cujo objetivo foi analisar a relação entre o processo de trabalho e o mal-estar docente em escolas públicas municipais da cidade de Pelotas/RS. A pesquisa analisou dados

---

<sup>10</sup> Pesquisa citada anteriormente página 16-17.

funcionais e médicos do professorado; e uma dimensão qualitativa, na qual foram entrevistadas professoras que tiraram licença de saúde entre 2006-2007. Os dados foram comparados com a literatura nacional e internacional. Concluiu-se que as condições de trabalho e as formas de tratamento do poder público contribuem para o crescimento de problemas de saúde na categoria. Soma-se a isso uma imagem idealizada das professoras sobre o sentido de seu trabalho enquanto sacrifício. Assim tem se disseminado o uso de medicamentos entre as professoras, o que representa riscos à saúde. A medicação opera pedagógica e administrativamente como mais uma ferramenta de controle sobre o trabalho docente.

- “Processo de trabalho das professoras de educação infantil: entre imagens de bondade e o mal-estar docente” apresentado por Jarbas Santos Vieira na 36ª reunião da Anped que aconteceu no Campus Samambaia da UFG – Goiânia/Goiás nos dias 29 de setembro a 02 de outubro, 2013. Nesse estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras, buscando compreender tanto seu cotidiano escolar quanto o significado social que atribuíam ao seu ofício. Concluímos que as docentes enfrentam, cotidianamente, diversas pressões mesmo sem ter formação adequada e apoio pedagógico e institucional. Isso repercute na saúde das docentes que ficam insatisfeitas com suas práticas educativas em relação às imagens de como deve ser uma boa professora.

Resumindo esse capítulo podemos dizer que após realizarmos intensa pesquisa em busca de trabalhos acadêmicos nas três principais bibliotecas virtuais do país (Capes, Scielo e Anped) pudemos confirmar o que nos fora indicado por diversos autores, citados na revisão bibliográfica, a respeito da escassez de produção sobre “as condições de trabalho dos professores de Educação Infantil”, objeto desse estudo.

Das inúmeras produções acadêmicas disponíveis nos portais no período de 2009-2013, conseguimos encontrar apenas 12 trabalhos sobre o tema da pesquisa. Neste ponto é importante frisar que se fossemos adotar como critério de seleção somente os títulos que apresentavam o termo “educação infantil”, apenas 5 textos seriam escolhidos, por esse motivo. No intento de ampliar os resultados optamos pela análise dos resumos e até o uso da ferramenta de localização do *software* Adobe Reader IX

(leitor de arquivos no formato PDF) para constatar a presença do termo no corpo do texto.

As poucas produções encontradas convergem com o que nos indicam as bibliografias quanto à precarização do trabalho docente, os baixos salários, a desvalorização da profissão, o crescente número de profissionais adoecendo devido ao cansaço, às pressões quanto à formação e contínuo aperfeiçoamento exigido, que tendem a responsabilizar os docentes pela qualidade da educação.

Exigências que deixam de considerar as condições em que esses sujeitos estão exercendo seu trabalho, sem observar as especificidades da atuação com crianças pequenas. Sem deixar de mencionar as questões de gênero, que afetam as mulheres da classe trabalhadora, postas na própria historicidade da educação infantil que relegou ao âmbito feminino essa profissão e que além de professoras muitas vezes são esposas e também mães com todas as atribuições e tarefas que os títulos lhes agregam.

No próximo capítulo, trataremos dos dados coletados pelos questionários junto as docentes de uma instituição de educação infantil da rede pública municipal de Florianópolis, Santa Catarina.

## **CAPÍTULO 3**

### **AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA**

Neste capítulo apresentaremos os dados coletados por meio do questionário (em anexo) aplicado junto ao grupo de professoras de uma instituição<sup>11</sup> de educação infantil da rede pública municipal de Florianópolis. O questionário foi estruturado com 30 questões de estilo aberta, fechada e de múltipla escolha. Para isso, primeiramente apresentamos o contexto institucional onde os docentes participantes trabalham e uma breve síntese de sua histórica por melhores condições de trabalho.

#### **3.1 O LOCAL DA PESQUISA**

A instituição atende 225 crianças de seis meses a cinco anos e onze meses de idade, divididas em doze grupos organizados de acordo com a faixa etária atendidas em período parcial pela manhã (7-13 horas) ou pela tarde (13-19 horas).

De acordo como o Projeto político pedagógico<sup>12</sup> (PPP) da instituição, o trabalho educativo é pautado na concepção da criança:

[...] como um sujeito histórico social, e de direitos. Que são sempre capazes de aprender em relação com o outro e com a natureza e de produzir saberes ao seu modo. São seres humanos com pouca idade com múltiplas linguagens e dimensões (afetiva, social, estética, filosófica cognitiva entre outras) (PPP, 2015).

---

<sup>11</sup> Por questões éticas de pesquisa optamos pela preservação da identidade da instituição e das professoras participantes do estudo.

<sup>12</sup> Documento atualizado tendo como referência o ano de 2015.

Conforme o documento, a instituição é compreendida como um espaço coletivo de profissionais, crianças, famílias e comunidades, devendo atender suas necessidades e direitos com a participação de todos na tomada das decisões, tendo como principal função a construção da autonomia da criança no seu processo de desenvolvimento.

Quanto aos profissionais que atuam na unidade são oito professoras graduadas e pós-graduadas, doze auxiliares de sala com formação no magistério e cursando o superior, quatro professoras auxiliares de ensino, uma supervisora e uma diretora. No quadro de profissionais terceirizadas estão quatro merendeiras e cinco auxiliares de serviços gerais.

Sobre as características familiares das crianças atendidas, o documento declara que os pais tem idade entre 20 a 35 anos, com nível de escolarização compreendido entre o Ensino Fundamental e Médio, tendo como atividade laboral as funções de vigia, faxineira, pescador, cozinheira, auxiliar de serviços, pedreiro, doméstica, lavadeira, entre outras.

De acordo com o PPP, a proposta educativa da unidade tem como objetivo geral:

O trabalho educativo proposto [...] deve materializar-se em ações que visem a ampliação do conhecimento dos educadores, das famílias e das crianças enquanto sujeitos do processo social, respeitando as múltiplas dimensões humanas dentro do processo em que o educar e o cuidar são indissociáveis (PPP, 2015).

A instituição está localizada na cidade de Florianópolis, que possui uma extensão de 433 km<sup>2</sup>, a ilha ainda possui uma parte de seu território situado na área continental. Conforme dados divulgados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>13</sup> a população estimada em 2014 é de 421.240 pessoas.

Florianópolis se encontra na terceira colocação da lista de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (0,847/2010), de acordo com informações divulgadas no site do “Atlas de desenvolvimento humano”<sup>14</sup> Isso se deve aos altos índices de Longevidade (0,873), Renda (0,870), e de Educação, (0,800). Esses dados paradisíacos que colocam a capital catarinense no terceiro lugar no ranking das melhores cidades para morar nesse país não a eximem das desigualdades sociais características do sistema de reprodução capitalista, a exemplo disso podemos citar as

---

<sup>13</sup> Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarinaflorianopolis> . Acesso em: 11 Jun. 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/florianopolis\\_sc](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/florianopolis_sc). Acesso em: 11 Jun. 2015.

mais de trinta mil pessoas que residem nas encostas do Maciço do Morro da Cruz vivendo sem serviços de saneamento básico, saúde e educação (DANTAS, 2012).

A Rede Municipal de Educação de Florianópolis atende crianças na faixa etária entre 0 e 6 anos de idade, desde 1976. Diferente da maioria das cidades do país na capital catarinense as unidades de Educação Infantil já nasceram vinculadas à Secretaria de Educação e não à Secretaria de Assistência social (GEPETO, 2010, p. 66).

A rede municipal de ensino (RME) é constituída por instituições municipais e instituições privadas, sem fins lucrativos que por meio de convênio com a Secretaria Municipal de Educação recebem professores contratados pela prefeitura, recursos para alimentação escolar e ainda formação em serviço dos profissionais.

De acordo com indicadores disponíveis na página da internet da prefeitura municipal de Florianópolis <sup>15</sup> em 2013 haviam 51 creches e 33 núcleos de educação infantil (NEI's) totalizando 84 instituições que atenderam 11.296 crianças distribuídas em 581 turmas, sendo que 10 NEI's estavam vinculados às unidades educativas do Ensino Fundamental. Nesse mesmo ano a secretaria mantinha 18 convênios com organizações não governamentais (ONG's) atendendo 1.834 crianças de 0 a 6 anos.

Conforme informações do site da prefeitura, a quantidade de crianças frequentando a Educação Infantil atualmente representa uma ampliação de 45% no atendimento no período de 2004-2013 acompanhada pelo aumento percentual de 37% do número de matrículas em período integral, de 31% em 2004 para 68% em 2013.

### 3.2 A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Pensar em uma perspectiva marxista de pesquisa significa levar em consideração o que as forças sociais em luta repercutem no contexto destas gestões, assim ponderamos a importância de mencionar nesse trabalho a forma pela qual os/as profissionais da Educação Infantil do município de Florianópolis tem se organizado a fim de lutar por melhores condições de trabalho.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=indicadores+educacionais&menu=9>. Acesso em: 11 Jun. 2015.

Essa organização ocorre por meio do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM) foi criado no dia 14 de outubro de 1988, em assembléia geral dos trabalhadores no serviço público municipal, agregando servidores do quadro civil, da Companhia Melhoramentos da Capital – COMCAP e da rede municipal de ensino.

Após realizarmos leitura dos Acordos coletivos<sup>16</sup> dos últimos cinco anos, nos atemos principalmente às pautas que fazem referência as/os professores/as da Educação Infantil. A seguir faremos uma exposição resumida das reivindicações do sindicato.

Dentre as conquistas realizadas por meio da luta sindical destacamos a incorporação da gratificação da hora atividade de 30% do vencimento no valor do salário do/as professores/as, e o estabelecimento dos 33% da jornada de trabalho destinada às atividades de planejamento, registro e avaliação. Assim como a modificação da nomenclatura de Auxiliar de Ensino para Professor Auxiliar, que garantiu o direito à hora-atividade em tempo desses profissionais.

Das questões que ainda permanecem na pauta de reivindicações do SINTRASEM estão: a realização de concurso público para compor as vagas em aberto; o reajuste anual em 100% (cem por cento) dos vencimentos, salários e demais vantagens referentes à perda salarial (período de 01/05 ano anterior a 30/04 ano atual), pelo índice financeiro maior entre: IGP-M (índice Geral de Preços do Mercado), IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna), INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), ICV (índice de Custo de Vida) e IPC (índice de Preços ao consumidor - Custo de vida); ampliação do número de profissionais que atuam com as crianças menores de dois anos; a redução do número de crianças por grupo (G): de 15 para 10 nos G I e G II, de 20 para 15 no G IV e de 25 para 20 nos G V e G VI; redução da jornada de trabalho para seis horas e o investimento exclusivo dos recursos públicos em educação pública.

Durante o período de realização desta pesquisa houve greve dos professores/as da rede municipal de Florianópolis (13/05 a 02/06), medida tomada enquanto último recurso da categoria para abertura de negociações com a prefeitura na luta por melhores condições de trabalho, ação que gera grande transtorno aos pais trabalhadores que ficam sem atendimento educativo dos filhos para que possam trabalhar “tranquilamente”. O mais negativo nessas situações é a falta de conhecimento da comunidade dos

---

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.sintrasem.org.br/acordo-coletivo-pmf>. Acesso em: 11 Jun. 2015.

verdadeiros motivos que levam os docentes a recorrerem à paralisação, principalmente porque as emissoras de televisão em rede aberta estão a serviço da administração pública e da ordem estabelecida e não divulga os motivos reais do movimento grevista e, quando o faz, noticia de forma distorcida.

Um dos principais pontos de impasse das reivindicações desse ano foi a reposição salarial de acordo com os índices de inflação que superaram os 8% e, após decisão negativa do coletivo de trabalhadores às duas propostas do Executivo, o movimento grevista aceitou a proposta de 8% de reposição salarial para toda a categoria (2% em maio, 2% em outubro, 2% em dezembro, 2% em janeiro de 2016) e R\$1,50 de aumento no valor do Auxílio Alimentação. Interessante observar que essa reposição salarial se refere aos aumentos ocorridos durante o ano de 2014 e os trabalhadores receberam os reajustes de modo parcelado finalizando somente no ano seguinte (2016), quando estes valores estarão em defasagem frente aos novos percentuais decorrentes de 2015. Como os aumentos do custo de vida não podem ser parcelados, o trabalhador acaba sofrendo o achatamento cada vez maior de seu salário.

### 3.3 O QUE DIZEM OS DADOS

Estivemos na instituição no dia 27 de Abril, durante a reunião pedagógica, a fim de conversarmos com maior número de professores/as que nesse dia, conforme preestabelecido no calendário da rede, não atendem às crianças. Como não havia espaço na pauta de reuniões para realizarmos uma fala com todo/as profissionais, conforme sugestão da diretora, aproveitamos o tempo destinado à organização dos espaços, para apresentar os principais objetivos da pesquisa e convidar as professoras à participação. Foram entregues 12 questionários as docentes dos quais tivemos retorno de 10, sendo respondidos por sete das oito professoras e três das quatro professoras auxiliares<sup>17</sup>.

As professoras auxiliares, assim como as professoras, pertencem ao quadro do magistério tendo os mesmos direitos e com funções que pouco diferem, exceto pelo fato de atuarem em mais de uma turma, realizando a substituição de docentes que estão em hora atividade ou ausentes por outro motivo.

---

<sup>17</sup> Atuam diretamente com as crianças profissionais com funções e cargos distintos: as professoras regentes que trabalham diariamente com o grupo, as professoras auxiliares que assumem as turmas nos momentos quando as professoras regentes estão em hora atividade, ambas profissionais pertencem ao quadro do magistério com mesmas condições de trabalho. E as auxiliares de sala que ajudam as professoras, mas pertence ao quadro civil com salário, plano de carreira e jornada de trabalho diferentes.

Esclarecemos que, devido ao cronograma da pesquisa, optamos por não abarcar no estudo as auxiliares de sala. Ponderamos a importância do trabalho dessas profissionais que por vezes exercem a função docente tanto quanto as professoras regentes, mas pertencem ao quadro civil de servidores da prefeitura de Florianópolis fazendo parte de outra categoria de trabalhadores que fogem do objeto desse estudo.

Quanto à caracterização do grupo de professoras todas são do sexo feminino, com idade entre 26 e 54 anos. Oito professoras se declararam de cor branca e duas se declaram pardas. Na questão do estado civil uma é solteira, uma viúva, quatro casadas e quatro declararam estar em união estável, das quais sete vivem com o companheiro. Sobre a maternidade sete professoras são mães, três delas tem um filho, três têm dois filhos, apenas uma professora com idade mais avançada respondeu possuir três filhos. Residem com os parceiros e os filhos exceto uma professora solteira que mora com pais e irmãos somando no máximo cinco pessoas por residência. Todas são por opção heterossexual.

Na questão de participação religiosa três docentes afirmaram participar da vertente católica e uma da espírita. Mas nenhuma declarou fazer parte de qualquer outro tipo de organização social.<sup>18</sup>

Ao responderem sobre as atividades domésticas, a grande maioria compartilha as tarefas com outros. Entre os afazeres que apareceram com responsabilidade exclusiva das respondentes estão, por ordem de incidência: (4) lavar roupa, (3) cozinhar, (1) limpar a casa, (1) cuidados com os filhos (higiene, atividades escolares e levar para escola). Já as atividades como de exclusiva responsabilidade de outros foram: fazer compra (1), pagar as contas (2) e cuidados com jardim/horta (1). Percebemos que todas atividades de responsabilidade de outros são relacionadas ao ambiente externo do lar, ficando as mulheres responsáveis exclusivas por atividades restritas ao espaço privado, reafirmando o lugar feminino ao espaço domiciliar recluso à casa e aos filhos e destinando aos homens a vida social. Como afirmam Garcia e Anadon (2009, p. 81):

[...] a entrada das mulheres no universo público não foi acompanhada, na mesma medida, por uma participação mais igualitária dos homens nas demandas do mundo doméstico. [...] o acúmulo de trabalho e de tarefas advindas da vida profissional e doméstica, dois universos,

---

<sup>18</sup> Na questão “12- *Você pertence a algum clube, associação, ONG, movimentos sociais, espaço político ou conselho?*” as docentes parecem não ter vinculado a participação sindical com qualquer uma das opções do enunciado.

construindo identidades profissionais e autoimagens atravessadas pelas características da maternidade e das atividades domésticas.

No que se refere ao uso do tempo, cinco professoras declararam dedicar de sete até doze horas de leitura e estudo por semana, e três fizeram referência ao tempo destinado por lei para o planejamento. As tarefas domésticas são destinadas de cinco a vinte horas por semana. As menores quantidades de tempo são dedicadas com o *cuidado de si* ou *lazer*.

Grande parte das profissionais (6) costuma acordar entre 6 e 7 horas da manhã, sendo que algumas só conseguem descansar após às 22 horas, o que pode representar uma defasagem de sono e acúmulo de cansaço.

Quanto ao tempo de serviço, três professores estão em início de carreira (até cinco anos), quatro já atuam há mais de seis anos e três tem mais de dez anos de magistério.

As professoras têm hora atividade de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 artigo 67. Inciso V que diz: “Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”<sup>19</sup>.

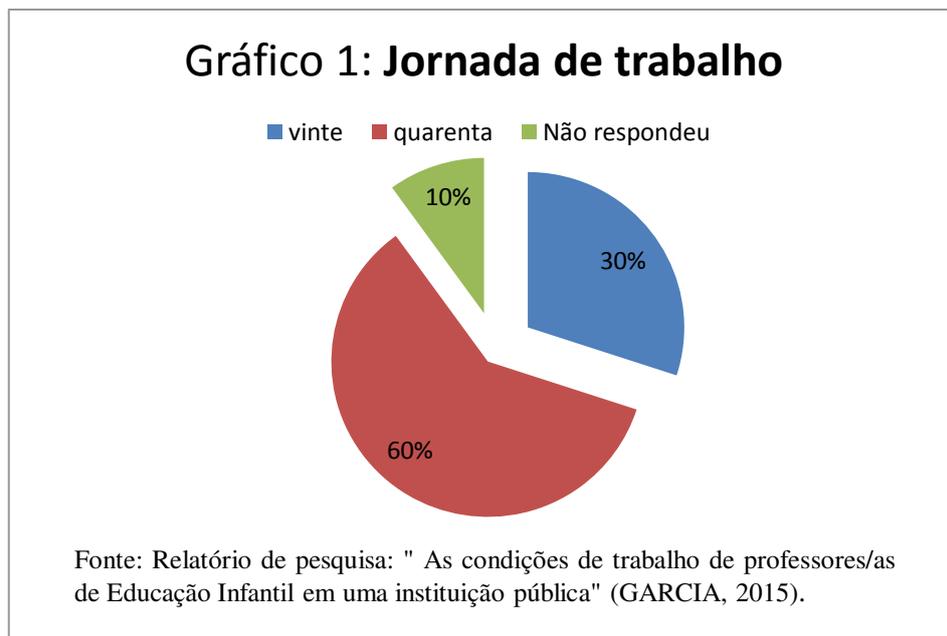
Na rede pública municipal de educação de Florianópolis, a hora atividade foi regulamentada recentemente pela Portaria N° 005/15<sup>20</sup> que a define como tempo destinado às atividades de estudo, planejamento e avaliação, podendo ser realizada no local de trabalho ou em outro espaço designado pela direção da unidade, em atividades da Secretaria Municipal (cursos, eventos, reuniões) ou individualmente em ambiente escolhido pelo do profissional. Isso se dá pelo fato de que a maioria das unidades educativas não possuem lugar adequado e com materiais necessários para esse fim.

As professoras da instituição dispõem de hora atividade conforme carga horária na instituição (ver gráfico abaixo), sendo que três trabalham vinte horas semanais com direito a seis horas e quarenta minutos de planejamento e cinco com carga horária de 40 horas possuem treze horas e vinte minutos de trabalho fora de sala. Apenas uma docente declarou não considerar esse tempo suficiente.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 16 Mai. 2015.

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_01\\_2015\\_14.48.47.4e88767694f06f7e69e425a9c0a19b52.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_01_2015_14.48.47.4e88767694f06f7e69e425a9c0a19b52.pdf)> . Acesso em: 17 Mai. 2015.



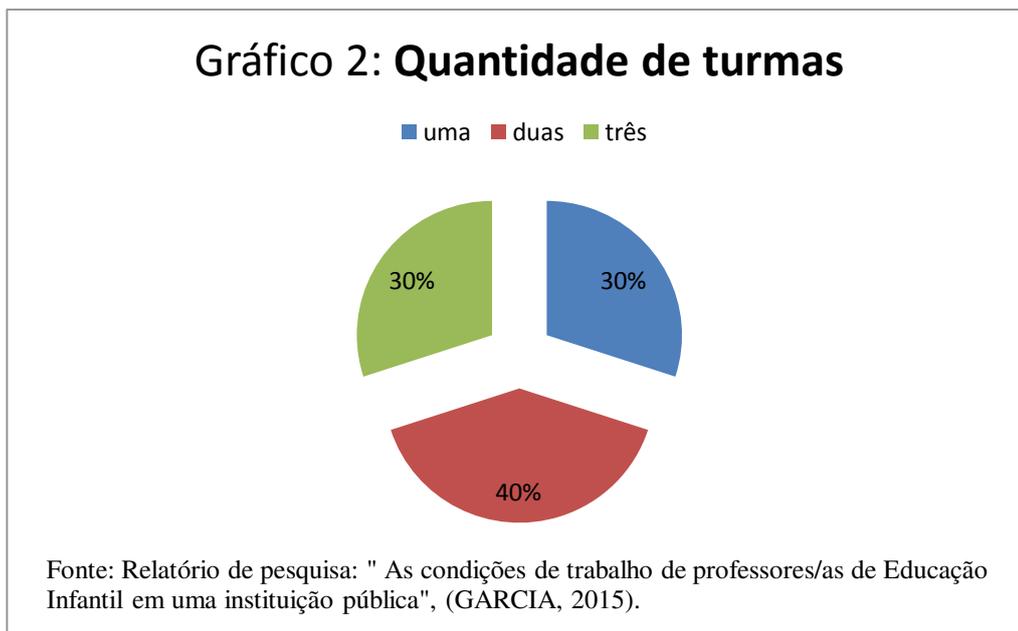
Todas as professoras contam com ajuda de uma auxiliar de sala no exercício de sua função, organizadas de acordo com a tabela disponível na Resolução do Conselho Municipal de Educação n°. 01/2009<sup>21</sup> Art. 8º:

| <b>Faixa etária</b> | <b>Nº de crianças</b> | <b>Professor</b> | <b>Auxiliar de sala</b> |
|---------------------|-----------------------|------------------|-------------------------|
| 0 até 2 anos        | até 15                | 1                | 1                       |
| de 2 até 3 anos     | até 8                 | 1                | —                       |
|                     | de 9 até 15           | 1                | 1                       |
| de 3 até 4 anos     | até 10                | 1                | —                       |
|                     | de 11 até 20          | 1                | 1                       |
| de 4 até 6 anos     | até 15                | 1                | —                       |
|                     | de 16 até 25          | 1                | 1                       |

No que diz respeito à quantidade de turmas, três profissionais com carga horária de 20 horas atuam com uma turma cada, quatro docentes que trabalham 40 horas atendem uma turma pela manhã e outra pela tarde, e três professoras auxiliares que exercem função junto a três turmas cada, realizando a substituição das professoras regentes nos períodos de hora atividade ou no caso de ausência, conforme o Gráfico 2 ilustra:

<sup>21</sup> Disponível em:

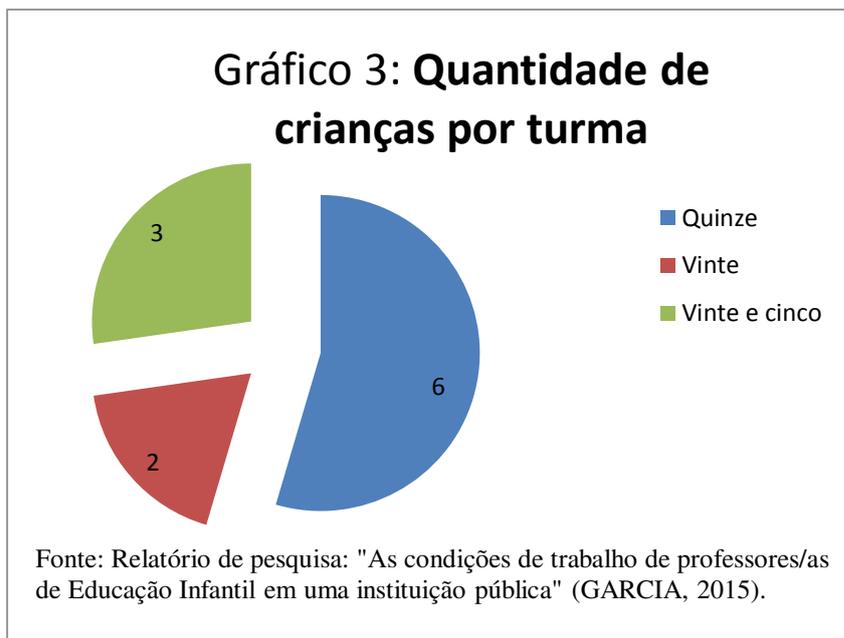
<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/31\\_05\\_2012\\_15.28.00.feaf6ad114e73e5e84c385bdeed8f7e.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/31_05_2012_15.28.00.feaf6ad114e73e5e84c385bdeed8f7e.pdf)> . Acesso em: 16 Mai. /2015.



Na questão que se refere ao número de instituições em que atuam, do total de dez respondentes apenas uma afirmou trabalhar em outra creche, índice que acompanha a tendência em âmbito nacional (81%) para essa etapa de ensino (OLIVEIRA; VIEIRA, 2010).

Um dos implicadores das condições de trabalho das professoras de Educação Infantil é o número de crianças por turma além da falta de profissionais. As participantes do estudo atuam com número mínimo de 15 crianças e no máximo 25, organizados de acordo com a faixa etária. É importante ressaltar que uma das estratégias de expansão do atendimento da rede se deu pela origem dos chamados grupos mistos organizados com crianças de idades diferentes podendo agrupar até 25 educandos (GEPETO, 2010).

A instituição possui 12 grupos de crianças (seis turmas matutinas e seis vespertinas) compostos conforme o Gráfico 3:



Essa quantidade de crianças por grupo diverge do que fora indicado no Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB) n. 9/2009:

a) em cada escola, no máximo, uma média de estudantes por sala nos seguintes parâmetros: de 6 a 8 alunos por professor para turmas de educandos de 0 até 2 anos de idade; até 15 alunos por professor para turmas de educandos de 3 anos de idade; até 20 crianças por professor para turmas de educandos de 4 até 5 anos de idade; (BRASIL, 2009a, p. 20 apud NOGUEIRA, 2012, p. 1243).

Ao analisar as questões apontadas pelo CNE/CEB n. 9/2009, que mais tarde veio a culminar na Resolução CNE/CEB n. 02/2009, (NOGUEIRA, 2012, p. 1244), percebemos que as mudanças de termos “número de crianças por sala” para “adequada relação numérica” dão margem a diferentes interpretações que acabam se adequando à economia de gastos por parte da gestão pública.

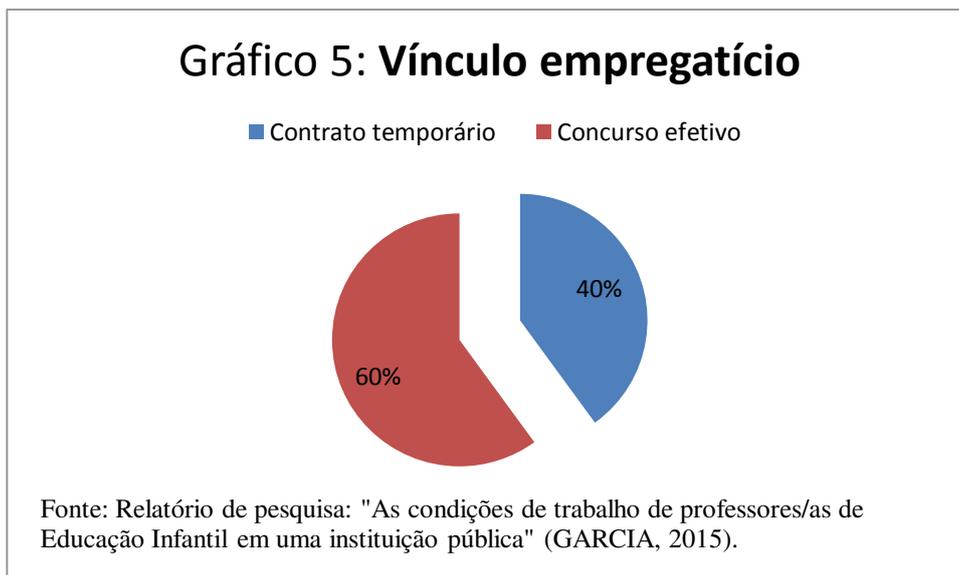
Outro elemento que representa grande desgaste aos trabalhadores é o tempo de deslocamento entre a residência e o local de trabalho que se torna ainda mais cansativo dependendo do meio de transporte que se utiliza. No caso das docentes que participaram dessa pesquisa, cinco utilizam carro, três ônibus, uma moto e uma bicicleta, sendo que seis responderam gastar quantidade de tempo no trajeto que varia até 30 minutos, duas disseram levar até uma hora e duas gastam mais de uma hora para fazer o percurso casa-trabalho ou trabalho-casa.

Em relação ao adoecimento docente, Oliveira e Vieira (2010, p. 177), consideram que ele tem sido resultado das más condições da Educação Básica no Brasil. Entre os fatores que acarretam as licenças médicas dos professores, estão o número de instituições em que atuam e o número elevado de horas aula, em geral mais de quarenta horas, situação comum aos professores que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e, em alguns casos, na Educação Infantil. Sete das dez docentes da instituição estiveram de atestado médico em exercício nos últimos cinco anos, conforme mostra o Gráfico 4:



Quanto ao número de incidências, quatro professoras relataram uma ocorrência de atestado, uma docente registrou dois atestados e uma afirmou ter pelo menos um afastamento por motivos de saúde por ano. As causas declaradas foram: lombalgia, dor no ombro, resfriado, (2) cirurgia, licença maternidade e acidente de trabalho. Essas questões nos levam a ponderar as especificidades do trabalho com crianças pequenas que exigem um grande desgaste físico, em especial nas turmas do berçário (1 a 2 anos), onde as professoras precisam pegar no colo, trocar de fraldas, constantes movimentos de abaixar e levantar com peso no colo e ainda a falta de mobiliário adequado à estatura das profissionais que por vezes se veem obrigadas a sentar nas cadeirinhas feitas para o tamanho do corpo das crianças.

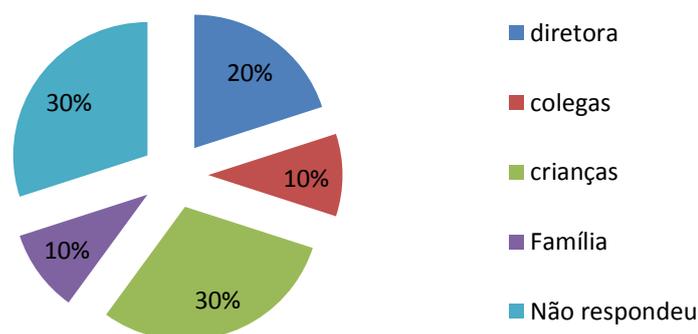
As condições de trabalho também se referem ao tipo de contrato trabalhista e, nesse ponto, algumas docentes que participaram da pesquisa são concursadas e outras tem contrato temporário como está exposto no Gráfico 5:



Conforme o gráfico acima exposto, podemos constatar um alto índice de professoras substitutas cujo vínculo empregatício junto à instituição educativa se dá pelo contrato temporário, situação que se repete ano após ano com os processos seletivos abertos pela Rede Municipal de Educação que deixa essas trabalhadoras em situação de instabilidade empregatícia aquém dos planos de carreira no magistério. De acordo com Hypolito (2010, p. 219) “É um processo de precarização intenso que afeta a carreira, adia concursos, fragmenta a categoria, impõe rebaixamentos salariais e cria um exército de reserva pronto para assumir as funções docentes” e ainda acrescenta que essa instabilidade leva os profissionais a um menor comprometimento com o trabalho coletivo da unidade.

Quanto a valorização docente, a maioria das professoras declaram serem mais valorizadas pelas crianças, algumas docentes citaram a direção, contrariando o que professores/as de outras instituições afirmaram em pesquisa realizada por Conde (2015). Com menor incidência foram citadas colegas e famílias como podemos verificar no Gráfico 6:

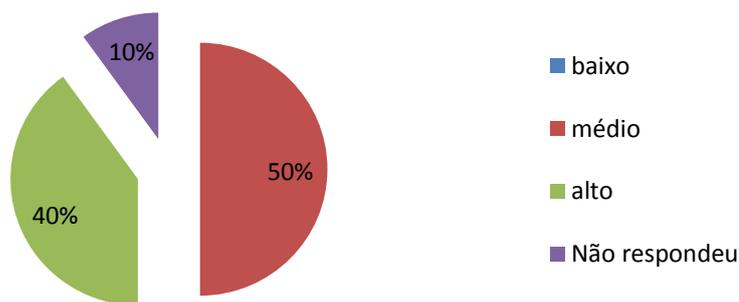
**Gráfico 6: Na sua função por quais pessoas você se sente mais valorizado?**



Fonte: Relatório de pesquisa: "As condições de trabalho de professores/as de Educação Infantil em uma instituição pública" (GARCIA, 2015).

No que diz respeito ao nível de satisfação pessoal das professoras com seu trabalho cinco responderam médio, quatro assinalaram a opção alto e uma docente não respondeu a questão, como podemos verificar no Gráfico 7:

**Gráfica 7: Nível de satisfação com trabalho**

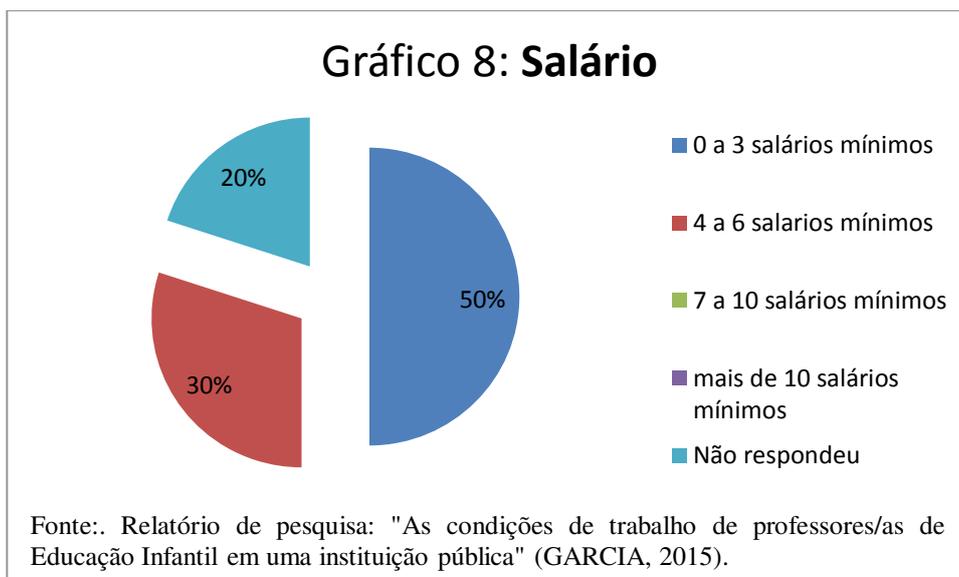


Fonte: Relatório de pesquisa: "As condições de trabalho das professoras/as em uma instituição pública" (GARCIA, 2015).

A metade das professoras responderem ter um nível médio de satisfação quanto ao seu trabalho, de acordo com Brito (2010, p. 200), essa questão relaciona-se aos baixos salários, às precárias condições de trabalho e ao desprestígio social da função.

Já em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, perguntamos se as professoras o conheciam, nove professoras responderam conhecer PPP, apenas uma profissional declarou não saber da proposta.

Um dos fatores mais relevantes das condições de trabalho diz respeito ao salário o qual deveria ser um valor que garantisse minimamente a reprodução da vida do trabalhador de modo que esse pudesse manter forças suficientes para dar continuidade às atividades laborais. Quanto a esse item, a maior parte das professoras que responderam ao questionário recebem até três salários mínimos<sup>22</sup>, três docentes responderam ganhar de quatro a seis salários mínimos e duas profissionais não responderam a questão, conforme ilustra o Gráfico 8:



Podemos constatar que a maioria das professoras recebe até três salários mínimos fenômeno esse que acompanha o histórico arrocho salarial do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e caracteriza a precarização do trabalho docente no ensino básico do país. Ferreira Jr. e Bittar (2006, p. 1.169 apud GARCIA e ANADON, 2009, p. 67) ilustram esse rebaixamento salarial no Rio de Janeiro onde um professor em 1950 recebia 9,8 salários mínimos e em 1990 esse valor chegou a 2,2 salários mínimos.

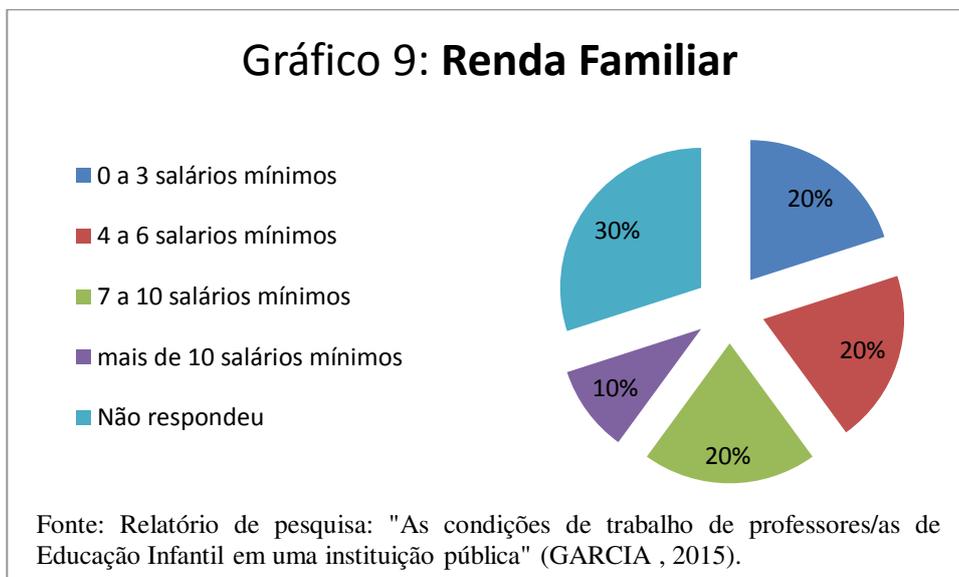
Cabe aqui lembrar que as questões salariais estão intimamente ligadas aos planos de carreira e remuneração dos profissionais exigidos pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução nº 2/2009, os quais devem realizar a progressão salarial

<sup>22</sup> Valor do salário mínimo para o ano de 2015 (R\$ 788,00) de acordo com decreto 8.381/2014.

na carreira levando em consideração o título e o aperfeiçoamento profissional (OLIVEIRA; MAUÉS, 2010, p.84).

A distinção salarial apresentada no gráfico 8 pode ser explicada ao observarmos a tabela salarial do magistério da rede pública municipal de Florianópolis<sup>23</sup> elaborada com valores para jornada de trabalho de 40 horas e que está dividida em três níveis de formação (graduação, mestrado e doutorado), com níveis de progressão por aperfeiçoamento, a cada 50 horas de curso na área de educação, e promoção por tempo de serviço, a cada dois anos. Além disso, os profissionais agregam outras vantagens pecuniárias: 10% de regência de classe, e incentivo à dedicação exclusiva (40 horas semanais) com acréscimo de 40% sobre o vencimento (GEPETO, 2010, p.27).

Esse valor incide na renda familiar das docentes como podemos constatar no Gráfico 9:



Ao analisar o gráfico 8 “Salário” com o gráfico 9 “ Renda familiar” podemos constatar que 40% das professoras da instituição são responsáveis por 50 % ou mais do rendimento da família. Isso nos mostra o peso que o salário dessas profissionais tem no orçamento familiar e o quanto pode ser fundamental para subsistência de seus dependentes.

Sobre a formação das professoras da instituição, quatro delas cursaram magistério em nível médio, seis cursaram graduação em instituições públicas e duas em faculdades particulares. Das dez participantes do estudo, sete possuem pós-graduação,

<sup>23</sup> Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04\\_02\\_2015\\_10.37.03.bbf62e58609cf75d5d97a4116980a448.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_02_2015_10.37.03.bbf62e58609cf75d5d97a4116980a448.pdf). Acesso em 28 Jun. 2015.

quatro delas em instituições públicas, duas em universidades privadas, sendo que três profissionais cursaram na modalidade presencial, duas semipresencial e uma a distância. Esse alto índice de professoras pós-graduadas representa 70% da amostra e acompanha a tendência nacional da Educação Básica com percentual de 92,5% que geralmente são realizados com vistas em progressão na carreira ou melhorar qualificação para concursos futuros (HYPOLITO, 2009, p. 221).

A formação continuada foi estabelecida pela lei (LDB 9394/1996, art. 67, inciso II) sendo entendida como critério de valorização docente que deve ser contemplada inclusive com licença remunerada para esse fim. Nesse ponto, oito professoras responderam já ter realizado algum curso em períodos recentes (2014/ 2015), sendo citadas por algumas com ocorrência regular todos os anos, formações essas oferecidas pela própria unidade ou pela rede municipal de educação.

Quanto às condições físicas do ambiente de trabalho das profissionais, podemos observar as respostas no quadro abaixo:

|                              | <b>BOM</b> | <b>MÉDIO</b> | <b>RUIM</b> |
|------------------------------|------------|--------------|-------------|
| <b>Edificação</b>            | 6          | 2            |             |
| <b>Área externa</b>          | 7          | 1            |             |
| <b>Iluminação</b>            | 8          |              |             |
| <b>Ventilação</b>            | 2          | 5            | 1           |
| <b>Mobiliário</b>            |            | 6            | 2           |
| <b>Materiais pedagógicos</b> | 3          | 6            |             |

Obs: duas professoras não responderam a questão.

Podemos verificar que o aspecto mais apontado pelas professoras como BOM se refere à iluminação (8), seguida da área externa (7) e da edificação (6), os itens citados como MÉDIO estão mobiliário (6) elencado por duas profissionais como RUIM, materiais pedagógicos (6) e ventilação (5).

Em suma podemos destacar que a maioria das professoras da instituição possui jornada de trabalho de 40 horas semanais; quase todas atuam em uma única instituição atendendo dois grupos com até 25 crianças; 70% delas já estiveram afastadas do trabalho por motivos de saúde; a maior parte das docentes estão satisfeitas com seu trabalho declarando serem valorizadas pelas crianças, grande número das profissionais

recebem até três salários mínimos que corresponde à parte considerável da renda familiar. As docentes são formadas em nível superior e a maioria possui pós-graduação, têm garantidos os direitos à hora atividade e à formação continuada.

Dentre as condições de trabalho que aparecem ser mais gritantes estão o grande número de professoras admitidas por caráter temporário (ACT), que representa instabilidade e falta de vínculo institucional, o grande número de crianças por turma que dificulta o trabalho individual diminuindo a qualidade do atendimento e as questões que envolvem a estrutura física especialmente os mobiliários e os materiais pedagógicos conforme exposto pelas educadoras.

Diante dos dados expostos sobre o que dizem a literatura e as produções científicas, passemos às considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por conhecer as condições de trabalho das professoras de educação infantil de uma instituição da rede pública municipal de Florianópolis essa pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, levantamento de produções acadêmicas na internet nos sites da Capes, Scielo e Anped, aplicação de questionários e análise dos dados coletados.

Da revisão bibliográfica podemos destacar que a história da Educação Infantil no Brasil está intimamente ligada à inserção da mulher no mundo do trabalho enquanto espaço criado para o atendimento das crianças pequenas como meio de liberar a força de trabalho feminino do âmbito privado às empresas capitalistas. Esse movimento emancipatório relegou as mulheres às mais precárias ocupações, entre estas as do magistério público, com menores salários, visto que seu rendimento é considerado como complementar ao orçamento familiar e ainda lhe designou uma sobrecarga, pois as horas trabalhadas fora do lar não as eximiram das obrigações domésticas e dos cuidados com a família.

O levantamento das produções acadêmicas na internet confirma o que nos indicam as bibliografias quanto à precarização do trabalho docente, os baixos salários, a desvalorização da profissão, ao crescente número de profissionais que adoecem e, ao contínuo aperfeiçoamento exigido, que tende a responsabilizar individualmente os docentes pela qualidade da educação.

Essas exigências deixam de considerar as condições em que esses sujeitos estão exercendo seu trabalho e não observam as especificidades da atuação com crianças pequenas.

Em suma, podemos destacar que a maioria das professoras da instituição possui jornada de trabalho de 40 horas semanais, ou seja, são oito horas diárias durante cinco dias da semana trabalhando com uma média de 25 crianças menores de seis anos, isso leva as docentes a um grande desgaste físico e emocional.

Mesmo trabalhando em apenas uma instituição o resultado dessas condições de trabalho como podemos constatar é que 70% das profissionais já estiveram afastadas do trabalho por motivos de saúde.

O uso do questionário enquanto ferramenta de pesquisa foi importante, mas não pode dar conta de questões como o fato da maior parte das docentes estarem satisfeitas com seu trabalho declarando serem valorizadas pelas crianças, mesmo recebendo até três salários mínimos, sendo esse valor parte considerável da renda familiar e ainda possuindo formação em nível superior e em pós-graduação. Indagações que ficaram em aberto, que exigiriam o uso de outros métodos como a entrevista, mas que dado o limite de tempo para realização desse trabalho não puderam ser respondidas e nos indicam caminhos para pesquisas futuras.

Dentre as condições de trabalho que aparecem ser mais gritantes estão o grande número de professoras admitido por caráter temporário (ACT), o que representa instabilidade e falta de vínculo institucional; o grande número de crianças por turma que dificulta o trabalho individual diminuindo a qualidade do atendimento e as questões que envolvem a estrutura física especialmente os mobiliários e os materiais pedagógicos conforme exposto pelas educadoras.

Podemos concluir que o município tem cumprido com a lei do piso salarial, ainda que uma parte considerável da remuneração esteja em gratificações e não no valor do vencimento; os 33% de jornada de trabalho em hora atividade, questão que ainda está em discussão quanto à forma e a qualidade do uso desse tempo pelas professoras. A Rede Municipal de Educação também concede a seus profissionais a formação continuada em serviço e o afastamento remunerado para os cursos de mestrado e doutorado.

Mesmo tendo garantido alguns de seus direitos trabalhistas, as professoras da Educação Infantil de Florianópolis continuam lutando, como pudemos verificar nos acordos coletivos disponíveis na página do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis- SINTRASEM<sup>24</sup> que tem como pauta específica para essa etapa educativa: a redução do número de crianças por grupo, o aumento do número de profissionais dos grupos de crianças menores GI e GII (0 – 2 anos) e a redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias, medidas fundamentais para garantia de uma educação infantil de qualidade às crianças de nosso município e para condições de trabalho dignas aos docentes.

Diante da ausência de estudos sobre a temática constatada e relatada neste trabalho destacamos a importância dessa pesquisa enquanto contribuição, ainda que

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://sintrasem.org.br/acordo-coletivo-pmf>. Acesso em: 11 Jun. 2015.

pequena, para o conhecimento da realidade desta categoria profissional. Indicamos a necessidade de outras investigações que atentem para as condições de trabalho das professoras de Educação Infantil considerando as outras questões envolvidas na temática, sejam das especificidades dessa etapa educativa, e as relações entre classe social e gênero, para que possamos conhecer a realidade docente da cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, e quiçá do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Thiago; PINTO, José M. R. **Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte.** Cad. Pesqui. [online]. 2011, vol.41, n.143, pp. 606-639. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742011000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000200014). Acesso em: 26 Abr. 2015.

BRANQUINHO, Neuzani G. S.; FERREIRA, Mário César **Qualidade de vida no trabalho e vivências de bem-estar e mal-estar no trabalho em professores da rede pública municipal de Unaí/MG.** Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6929/1/2010\\_NeuzanidasGracasSoaresBranquinho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6929/1/2010_NeuzanidasGracasSoaresBranquinho.pdf)>. Acesso em: 26 Abr. 2015.

BRITO, Vera L. F. A., **A remuneração dos profissionais da educação e os desafios atuais.** In: OLIVEIRA, D. A. e VIEIRA, Livia M. F. *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil – Sinopse do survey nacional.* Belo Horizonte, GESTRADO/FAE/UFMG, 2010 [Relatório de Pesquisa]p. 191-209.

COCÔ, Valdete. **Formação continuada na educação infantil.** In. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33ª, 2010, Caxambu. **Anais da ANPED...** Caxambu GT 07, ANPED, 2013. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6078--Int.docx.pdf>>. Acesso em: 26 Abr, 2015.

CONDE, S. F; **As condições de trabalho dos professores de educação infantil em Santa Catarina, Brasil.** Florianópolis, 2015.

CUNHA, Maria A. A. **Gênero, saúde e precarização no trabalho.** Ideias. Campinas, v 9 (2), n. 10 (1). 2002-2003, p. 285-328.

DANTAS, Jéferson Silveira. **Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da Comissão de Educação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC.** Tese (Doutorado Em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DOHMS, Karina P.; STOBÄUS, Claus D. **Níveis de mal/bem-estar docente, de autoimagem e autoestima e de autorrealização de docentes em uma escola tradicional de Porto Alegre.** Dissertação: (Mestrado) PUCRS, Porto Alegre (2011). Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2872/1/000434468-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 26 Abr. 2015.

GARCIA, Maria M. A.; ANADON, Simone B. **Reforma Educacional, Intensificação e Autointensificação do Trabalho Docente.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009.

GEPETO. **Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil:** [Santa Catarina] / Universidade Federal de Santa Catarina. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho. - Florianópolis, 2010, p. 58-86.

HYPOLITO, Álvaro M. **Trabalho docente na educação no Brasil: as condições de trabalho.** In: OLIVEIRA, D. A. e VIEIRA, Livia M. F. *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil – Sinopse do survey nacional.* Belo Horizonte, GESTRADO/FAE/UFMG, 2010 [Relatório de Pesquisa]p. 211-229.

KUHLMANN, Moysés Jr. (2000) **A história da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de educação. N° 14. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em 11 de Março de 2015.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas.** São Paulo. Edições Loyola, 2002.

MEZZALIRA, Adinete S. C.; WEBER, Mara A. L. e GUZZO, Raquel S. L. **Educadores de criança: condições de trabalho e vida.** Psicol. cienc. prof. [online]. 2013, vol.33, n.3, pp. 688-699. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932013000300013&script=sci_arttext)>. Acesso em: 26 Abr, 2015.

NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta. **Concepções de "trabalho docente": as condições concretas e os discursos das prescrições oficiais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 121, Dec. 2012, p. 1237-1254. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000400017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000400017&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 Nov. 2014.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Ideias. Campinas, v 9 (2), n. 10 (1). 2002-2003, p. 247-284.

OLIVEIRA, João F.; MAUÉS, Olgaíses C. **A formação docente no Brasil: cenários de mudança, políticas e processos em debate.** In: OLIVEIRA, D. A. e VIEIRA, Livia M. F. *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil – Sinopse do survey nacional.* Belo Horizonte, GESTRADO/FAE/UFMG, 2010 [Relatório de Pesquisa]p. 63-89.

OLIVEIRA, D. A. e VIEIRA, Livia M. F. **Condições de trabalho: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros.** In: OLIVEIRA, D. A. e VIEIRA, Livia M. F. *Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil – Sinopse do survey nacional.* Belo Horizonte, GESTRADO/FAE/UFMG, 2010 [Relatório de Pesquisa]p. 153-189.

PINTO, Mércia de Figueiredo Noronha. **O trabalho docente na educação infantil pública em Belo Horizonte.** Rev. Bras. Educ. [online]. 2012, vol.17, n.51, pp. 611-626. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782012000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782012000300007) >. Acesso em: 26 Abr., 2015.

PURIN, Paola C.; ZITKOSKI, Jaime J. **Trabalho docente rede municipal de Cidreira/RS: limites e possibilidades de uma práxis emancipadora.** Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação, Porto Alegre, 2011. 136 f. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/32191/000781372.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 Abr. 2015.

SILVA, Elenice B. T.; SOUZA, Joao V. A.; REIS, Magali; VIEIRA, Livia M. F.; OLIVEIRA, Isabel S. **Condição docente na educação infantil: representações do presente**, 2011. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8NPGKA/disserta\\_o\\_elenice\\_de\\_brito\\_t\\_silva.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8NPGKA/disserta_o_elenice_de_brito_t_silva.pdf?sequence=1). Acesso em: 26 Abr. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 2002.

VIEIRA, Jarbas Santos. **Constituição das doenças da docência (doenças)**. In. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 33ª, 2010, Caxambu. **Anais da ANPED...** Caxambu GT 09, ANPED, 2013. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-6700--Int.pdf>>. Acesso em: 26 Abr, 2015.

VIEIRA, Jarbas Santos. **Processo de trabalho das professoras de educação infantil: entre imagens de bondade e o mal-estar docente**. In. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 36ª, 2013, Goiânia. **Anais da ANPED...** Goiânia GT 09, ANPED, 2013. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt09\\_trabalhos\\_pdfs/gt09\\_327\\_7\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_327_7_texto.pdf). Acesso em 26 de Abr, 2015.

VIEIRA, Livia Fraga; SOUZA, Gizele de. **Trabalho e emprego na educação infantil no Brasil: segmentações e desigualdades**. *Educ. rev.*, Curitiba, n. spe1, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000400006&lng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000400006&lng=e)

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto e PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. **Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente**. *Educ. rev.* [online]. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe2/16.pdf>>. Acesso em: 29 Abr. 2015.

## ANEXOS 1



## QUESTIONÁRIO

Caro professor/a,

Estou realizando uma pesquisa para conhecer as condições de trabalho dos professores/as na Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis e, para isso gostaria de contar com sua participação. Este questionário será respondido anônima e voluntariamente, sendo possível desistirem da participação a qualquer momento. As informações contribuirão para ampliar o conhecimento sobre a trajetória de vida, formação e condições de trabalho dos professores/as de Educação Infantil e indicarão os desafios que a categoria tem que enfrentar. Os dados finais serão sistematizados no Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia intitulado “As condições de trabalho do professores/as de Educação Infantil da Rede Municipal de Florianópolis”.

**OBS:** Para efeitos de tabulação de dados, solicitamos que nas questões de múltipla escolha seja assinalada **apenas uma (1) alternativa**.

- 1) Qual seu cargo na instituição: professor ( ) professor auxiliar ( )
- 2) Sexo: ( ) M ( ) F
- 3) Por gentileza, qual a sua idade? (\_\_\_\_\_) anos
- 4) Estado civil:
  - ( ) Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) união estável ( ) Viúvo/a
  - ( ) separado ( ) Namorando ( ) outro \_\_\_\_\_

Obs: para os que vivem em conjugabilidade:

- ( ) vive com companheiro/a ( ) vive em casas separadas
- ( ) vive na mesma casa, mas separado/a ( ) outra: \_\_\_\_\_

- 5) Tem filhos/as? ( ) sim ( ) não

Se sim quantos: \_\_\_\_\_ Idades \_\_\_\_\_

- 6) Com quem você vive? (assinale quantas alternativas for necessário)  
 filhos/as  cônjuge  pai  mãe  irmãos  avó  avô  
 tios/as  primos  amigos  outros \_\_\_\_\_
- 7) Quantas pessoas vivem na sua casa? \_\_\_\_\_
- 8) Orientação sexual:  
 heterossexual  homossexual  bissexual
- 9) Você se considera?  
 branca  negra  amarela  indígena  parada  outra \_\_\_\_\_
- 10) Participa de alguma organização religiosa?  
 sim  não Qual: \_\_\_\_\_
- 11) Possui irmão/s?  sim  não Quantos? \_\_\_\_\_
- 12) Você pertence a algum clube, associação, ONG, movimentos sociais, espaço político ou conselho?  sim  não Especifique: \_\_\_\_\_
- 13) Como é a divisão dos trabalhos domésticos em sua casa?

**(Assinale apenas 1 das três possibilidades )**

|                             | Minha<br>responsabilidade | Compartilho<br>com outros | Responsabilidade<br>de outros |
|-----------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Cozinhar                    |                           |                           |                               |
| Lavar louça                 |                           |                           |                               |
| Lavar roupas                |                           |                           |                               |
| Limpar a casa               |                           |                           |                               |
| Fazer compras               |                           |                           |                               |
| Higiene dos<br>filhos       |                           |                           |                               |
| Atividades<br>escolares dos |                           |                           |                               |

|                               |  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--|
| filhos                        |  |  |  |
| Levar filhos a escola         |  |  |  |
| Pagar contas: água, luz, fone |  |  |  |
| Cuidado com os animais        |  |  |  |
| Cuidar do jardim/horta        |  |  |  |

14) Em relação aos tempos disponíveis, quantas horas você tem durante a semana para:

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| Ler, estudar                |  |
| Realizar tarefas domésticas |  |
| Cuidado de si               |  |
| Lazer                       |  |

15) Que horas acorda? \_\_\_\_\_

16) Que horas você retorna para casa e costuma descansar? \_\_\_\_\_

17) Há quanto tempo é professor/a? \_\_\_\_\_

18) Possui hora atividade remunerada? ( ) sim ( ) não

Quantas horas? \_\_\_\_\_

19) Considera esse tempo suficiente? ( ) sim ( ) não

Se não quantas horas a mais considera que sejam necessárias? \_\_\_\_\_

20) Em relação às condições de trabalho:

|  |                                 |
|--|---------------------------------|
| Conta com ajuda de outro profissional em sala? | ( ) sim ( ) não<br>Denominação: |
| Quantas horas trabalha na creche?              | _____ semanais                  |

|   |   |
|---|---|
| Quantas turmas atende?  |   |
| Trabalha em quantas instituições?   |   |
| Quantidade de crianças na turma?  |   |
| Quantidade total de crianças com quem trabalha?   |   |
| Você tem envolvimento com outros projetos na instituição?   | <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não<br>Quais?   |
| Qual meio de locomoção que utiliza para o trabalho?   |   |
| Tempo de locomoção entre casa e o trabalho?   |   |
| Você já esteve de atestado médico em exercício docente nos últimos 5 anos ?                               | <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não<br>Quantas vezes?<br>Por quanto tempo?<br>Foi substituído? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não  |
| <b>Assinale apenas uma alternativa</b>  | Qual motivo do atestado?<br><input type="checkbox"/> dores, onde? _____<br><input type="checkbox"/> resfriado <input type="checkbox"/> gripe <input type="checkbox"/> doenças<br><input type="checkbox"/> respiratórias <input type="checkbox"/> depressão<br><input type="checkbox"/> adoecimento de familiar<br><input type="checkbox"/> morte de familiar<br><input type="checkbox"/> outro. Qual? |
| Vínculo empregatício:<br><b>Assinale apenas uma alternativa</b>   | <input type="checkbox"/> contrato temporário<br><input type="checkbox"/> concursado/ efetivo<br><input type="checkbox"/> outro  |
| Na sua função, por quais pessoas você se sente mais valorizado?<br><b>Assinale apenas uma alternativa</b> | <input type="checkbox"/> diretor/a <input type="checkbox"/> Supervisor/a<br><input type="checkbox"/> colegas <input type="checkbox"/> Famílias<br><input type="checkbox"/> crianças <input type="checkbox"/> Nenhum   |
| Qual o nível de satisfação pessoal com seu trabalho?  | <b>Assinale apenas uma alternativa</b><br><input type="checkbox"/> baixo <input type="checkbox"/> médio <input type="checkbox"/> alto   |
| Quanto ao conhecimento do Projeto Político Pedagógico de sua instituição                                  | <input type="checkbox"/> Conheço plenamente<br><input type="checkbox"/> Conheço Parcialmente<br><input type="checkbox"/> Conheço totalmente   |

|  |  |
|--|--|
| <b>Assinale apenas uma alternativa</b>                             | <input type="checkbox"/> Não sei da existência da proposta   |
| Qual seu salário?<br>*Referência salário mínimo 2015<br>R\$ 788,00 | <input type="checkbox"/> 0-3 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> 4-6 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> 7-10 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> mais de 10 salários mínimos |
| <b>Assinale apenas uma alternativa</b>                             | <input type="checkbox"/> 0-3 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> 4-6 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> 7-10 salários mínimos<br><input type="checkbox"/> mais de 10 salários mínimos |

21) Quais os problemas que você enfrenta na instituição onde atua?

---



---

22) Desses problemas quais considera mais grave? Por quê?

---



---

23) Cursou magistério?

sim  não Qual habilitação? \_\_\_\_\_

24) Sua formação acadêmica foi em universidade:

Pública  Privada  Ambas  
 presencial  semipresencial  distância

25) Possui pós-graduação?  sim  não

Qual curso? \_\_\_\_\_

Instituição:  pública  privada

presencial  semi presencial  distância

26) Sobre formação continuada:

Já fez algum curso?  sim  não

Quando? \_\_\_\_\_

Oferecido pela:  unidade educativa  secretaria  iniciativa privada

27) Se a resposta for negativa escolha um ou mais motivos pertinentes:

- Desinteresse pessoal
- Falta de incentivo por parte da instituição
- Desconheço as possibilidades de curso
- outros: \_\_\_\_\_

28) Você considera suficientes os conhecimentos adquiridos na sua formação inicial? Por quê?

---



---



---



---

29) Quanto às condições materiais de trabalho (Assinale apenas uma alternativa:

|                       | BOM | MÉDIO | RUIM |
|-----------------------|-----|-------|------|
| Edificação            |     |       |      |
| Área externa          |     |       |      |
| Iluminação            |     |       |      |
| Ventilação            |     |       |      |
| Mobiliário            |     |       |      |
| Materiais pedagógicos |     |       |      |

30) Gostaria de dizer mais alguma coisa?

---



---

***Agradecemos sua participação!***

Estudante: Fabiane Marra da Silva Pereira

Orientadora: Soraya Franzoni Conde

